



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

ATA N.º 04/2016

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, do Primeiro Secretário, Tiago Miguel Luz Almeida, em substituição da Primeira Secretária Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Jorge Alberto Rego França, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, Adriano Manuel Mota Costa, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Maria Odete Pinho Cabral, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Adriana Martins Falcão Rebelo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Fernando Jorge Ventura Moniz e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da terceira sessão ordinária, do dia 14 de junho de 2016.

A ata foi aprovada, por unanimidade, dos dezoito membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 15 de junho a 28 de setembro de 2016, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Maria Odete Pinho Cabral, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e Paula Catarina Castelo Borges Andrade foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de setembro de 2016.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE RECONHECIMENTO:

Na sequência da sugestão apresentada, na última sessão da Assembleia Municipal, pelo Deputado Municipal Frederico Sousa e que teve a concordância do Deputado Municipal Rui Meneses, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Reconhecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, César Augusto Medeiros Pacheco, que abaixo se transcreve:

"VOTO DE RECONHECIMENTO

César Pacheco fez parte da Junta de Freguesia do Cabouco, desde 2010, exercendo a função de Tesoureiro e, em 2013, desempenhou o seu primeiro mandato como Presidente, cargo que renunciou, no passado mês de abril, na sequência da sua candidatura à liderança da Associação de Jovens Agricultores Micaelenses (AJAM), por incompatibilidade de cargos.

Durante o seu percurso de Presidente da Junta, desempenhou o cargo com dedicação, trabalho e empenho, consolidando o desenvolvimento e o progresso da freguesia do Cabouco.

Procurou perpetuar e valorizar edifícios e equipamentos públicos, nomeadamente a reparação e beneficiação da sede da Junta, a beneficiação do coreto, a pintura do edifício polivalente, a instalação de luminárias novas, novos bancos e pilares que visam a delimitação da praça Dona Amélia.

Procurou, ainda, dar uma imagem de modernidade à freguesia, potenciando um website totalmente renovado, que constitui não só um meio para a divulgação da sua atividade, acessível a qualquer cidadão, mas também um elo de ligação, rápido e prático, entre a Junta e os seus concidadãos, para não só criar uma maior proximidade com a comunidade, mas

também dotar a freguesia de serviços e ferramentas próprias de uma sociedade moderna, onde o progresso é evidente.

A forma exemplar como cumpriu as suas funções, em prol da freguesia, do concelho e da população, quer integrado na Junta de Freguesia e na Assembleia Municipal, quer integrado em coletividades, designadamente na Casa do Povo, é motivo de reconhecimento, por parte deste Órgão, para prestar-lhe esta homenagem.

Esta homenagem é não só um olhar para o passado, reconhecendo o trabalho de César Pacheco, mas também um olhar para o futuro, na esperança de que todas as sementes por ele lançadas frutifiquem e sejam sempre visíveis no progresso e bem-estar alcançados.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de reconhecimento;*
- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento deste voto de reconhecimento à Junta e Assembleia de Freguesia do Cabouco, à Casa do Povo do Cabouco e ao senhor César Pacheco.”*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Reconhecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, César Augusto Medeiros Pacheco;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Reconhecimento à Junta e Assembleia de Freguesia do Cabouco, à Casa do Povo do Cabouco e ao Senhor César Augusto Medeiros Pacheco;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - 25.ª EDIÇÃO DAS FESTAS DE SANTO ANTÓNIO:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou Voto de Congratulação à Junta de Freguesia de Santa Cruz pela celebração da 25.ª Edição das Festas de Santo António, tal como tinha referido também na última sessão da Assembleia Municipal, que abaixo se transcreve:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO - 25.ª EDIÇÃO DAS FESTAS DE SANTO ANTÓNIO

A Junta de Freguesia de Santa Cruz celebrou, no passado mês de junho, a sua 25.ª edição das festas de Santo António, com um programa diversificado de atividades de âmbito cultural, criativo e desportivo, do qual se destacou a sessão solene comemorativa do seu aniversário, que teve como intuito fazer memória de 25 anos de festa.

Estas festividades marcam, verdadeiramente, o cartaz cultural e turístico do concelho de Lagoa, constituindo motivo de visita de milhares de pessoas para assistir ao desfile e atuação das marchas que dão cor e alegria às principais ruas da cidade e que, de ano para ano, têm melhorado substancialmente.

Esta efeméride, organizada pela Junta de Freguesia de Santa Cruz, com o imprescindível apoio da Câmara Municipal de Lagoa, tem a particularidade de envolver inúmeras pessoas num

autêntico espírito de confraternização, em prol da dignificação cultural do concelho, preservando e mantendo vivas as mais genuínas tradições.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de congratulação pela celebração da 25.^a edição das festas de Santo António.

- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento deste voto de congratulação à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º Aprovar o Voto de Congratulação à Junta de Freguesia de Santa Cruz pela celebração da 25.^a Edição das Festas de Santo António;

2.º Dar conhecimento deste Voto de Congratulação à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz;

3.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que gostaria ainda de destacar e congratular o Centro Social e Cultural da Atalhada pelo seu 19.º Aniversário e pelo diversificado programa de atividades que desenvolveu, no âmbito da celebração do seu aniversário. É uma Instituição que tem vindo a crescer e abrange as cinco freguesias do Concelho. Destacou a Feira de Economia Solidária ISOS, que foi a primeira no Concelho, que contribuiu para o mercado social e também para a igualdade de género. Destacou ainda, a apresentação da nova imagem do Centro Social e Cultural da Atalhada, dando uma visão de modernidade àquela Instituição.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE LOUVOR:

Foi apresentado pelos Membros Municipais do Partido Socialista, através do Deputado Municipal Norberto Carlos Cordeiro Ponte, o Voto de Louvor que abaixo se transcreve:

“VOTO DE LOUVOR

Recordando a terceira edição das Festas do Espírito Santo - Império de São Pedro, na Vila de Água de Pau, apresentamos este voto para homenagear a Câmara Municipal de Lagoa, juntamente com o apoio prestado pela Junta de Freguesia de Água de Pau, Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos e ainda toda a colaboração dos funcionários do Município, pela organização destas festividades.

São festividades que revelam a importância das Festas em honra do Divino Espírito Santo como tradição e que mostram a identidade do povo Açoriano, neste caso do povo Lagoense, contribuindo para definir a identidade do Concelho, naquilo que tem de mais singular como é o

caso do culto ao Divino Espírito Santo que se assume como uma devoção com grande tradição no seio da comunidade.

Vimos também aqui louvar a tradicional partilha das sopas do Espírito Santo, na Rua da Ribeira e Largo de Santiago, onde marcaram presença milhares de pessoas. Foram distribuídas cerca de 4000 sopas e em que participaram cerca de 300 funcionários autárquicos na organização e distribuição.

Estas são desde já umas das grandes festas de verão do Concelho, vivendo esta devoção em coletivo, sendo este também um grande momento de festa e de partilha.

Louvamos assim o trabalho destes Lagoenses de origens e de valores, pelo Município e pelas suas gentes.

Pelo trabalho desenvolvido, e pelo desafio de conseguir mais e melhor no próximo ano.

Um bem-haja!”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Louvor à Câmara Municipal de Lagoa;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Louvor à Câmara Municipal de Lagoa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

INTERVENÇÃO DE MEMBRO MUNICIPAL:

O Deputado Municipal Norberto Ponte, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou as seguintes questões:

- Se houve algum convite da Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia do Cabouco, para a Assembleia Municipal, pois não viu nenhuma representação da Assembleia Municipal na procissão daquela Paróquia;
- Solicitou esclarecimentos à Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a notícia publicada nesta data, 28 de setembro de 2016, no Jornal Açoriano Oriental “Autarcas pedem Lei Regional para Regular Financiamento”. Os Municípios açorianos defendem que deve ser criado um quadro legal próprio na Região para regular as competências e financiamento.

Sobre a primeira questão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a Assembleia Municipal não recebeu nenhum convite da Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia do Cabouco, por isso não houve representação por parte desta Assembleia Municipal na procissão daquela Paróquia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que não tem conhecimento ainda do assunto, pelo que não se pode pronunciar sobre o mesmo.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal congratulou a Câmara Municipal de Lagoa pela notoriedade que tem dado ao Concelho, através do seu Plano Educativo e Cultural, atraindo inúmeros visitantes à Lagoa, pela promoção de eventos de grande relevância.

Pela sua aposta nas pessoas/famílias do Concelho de Lagoa, não só ao nível da empregabilidade, mas também no apoio à habitação, através de protocolo com o Governo Regional, como se pode verificar na informação da Atividade Camarária, promovendo, deste modo, o bem-estar das pessoas/famílias.

Também, pelo seu espírito de colaboração e partilha, através da parceria desenvolvida com o Concelho de Nordeste, permitindo o intercâmbio de conhecimentos e promovendo a vertente formativa e a arte de calcetar, possibilitando a salvaguarda de práticas artesanais tão importantes para a identidade local.

Salientou também a adesão do Município ao Projeto Município do Ano Portugal 2016. Em que o Município foi nomeado para o prémio na categoria das Regiões Autónomas (Madeira e Açores), com o plano educativo e cultural que se encontra a desenvolver. Apesar de não ter sido vencedor foi bastante relevante para o Município, atendendo a que somente 38,7% dos projetos a concurso a nível nacional foram nomeados.

Congratulou o ingresso do Município na Rede Global de Cidades Aprendizagem da UNESCO e sendo a primeira Cidade Açoriana a ingressar esta rede, assumindo a responsabilidade que tem com a comunidade a nível da educação.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 5 de setembro de 2016, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidades, dos dezoito membros presentes:

1.º A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2017, no Município de Lagoa - Açores, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 5 de setembro de 2016, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 10 do artigo 18.º da referida Lei.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º Autorizar o lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, conforme estabelecido no n.º 10 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 5 de setembro de 2016, na qual foi deliberado submeter à Assembleia

Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2017, em 0,25 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º A fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2017, em 0,25 %, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 5 de setembro de 2016, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º A aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 5 de setembro de 2016, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

| Número de dependentes a cargo | Dedução fixa (em €) |
|-------------------------------|---------------------|
| 1 | 20,00 |
| 2 | 40,00 |
| 3 ou mais | 70,00 |

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o ano passado foi a primeira vez que foi aprovada essa redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo. O ano passado a redução foi em percentagem e este ano de acordo com a Lei do Orçamento de Estado passou a ser uma dedução fixa, consoante o número de dependentes a cargo.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que, segundo a informação da Autoridade Tributária, irão beneficiar no Concelho de Lagoa, 1194 agregados familiares com dependentes a cargo, sendo o total do valor da redução da taxa de 38.780,00 €.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** A fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2016:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2016, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – PLANO MUNICIPAL DE IGUALDADE DE GÉNERO E CIDADANIA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Plano Municipal de Igualdade de Género e Cidadania.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º Aprovar o referido Plano Municipal de Igualdade de Género e Cidadania;
- 2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES – ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO E BOA GOVERNAÇÃO AO NÍVEL LOCAL DO CONSELHO DA EUROPA E DA DISTINÇÃO “EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE (ELOGE)”:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Adesão do Município de Lagoa – Açores à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa e da Distinção “European Label Of Governance Excellence (EloGe)”, na sequência da divulgação nacional da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa, bem como da distinção “European Label of Governance Excellence (ELOGE)”, através da Direção Geral da Autarquias Locais (DGAL), que tem por base 12 princípios estratégicos, por forma a melhorar a governação das autoridades locais em moldes contínuos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º Aprovar a adesão do Município de Lagoa – Açores à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa e da Distinção “European Label Of Governance Excellence (EloGe)”;
- 2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Deputado Municipal Norberto Ponte, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – DEFINIÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROJETO DE INVESTIMENTO NO TECNOPARQUE – PORTAS DA LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 48/2016, de 16 de agosto das Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., solicitando ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), da alínea d) do artigo 15.º, e dos n.ºs 2 e 3, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com as alíneas m), do n.º 2, do artigo 23.º, g), do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro que sob proposta da Câmara Municipal de Lagoa, a Assembleia Municipal de Lagoa, por deliberação aprove a classificação de interesse municipal e

a isenção de aplicabilidade do IMI /IMT aos Prédios urbanos (lotes) e rústicos da titularidade das Portas da Lagoa, SA por um período de 5 anos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a atual Lei do Orçamento de Estado prevê a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos prédios urbanos, desde que seja aprovada a classificação de interesse municipal.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que a primeira alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, surge na sequência da alteração do Código Fiscal do Investimento efetuada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016. Com esta alteração, o Município da Lagoa utiliza as competências legais atribuídas pelo Código Fiscal do Investimento para conceder isenção ou redução de IMT e IMI a investimentos realizados no Concelho da Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezassete membros presentes:

- 1.º** Aprovar a classificação de interesse municipal e a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos Prédios urbanos (lotes) e rústicos da titularidade das Portas da Lagoa, SA por um período de 5 anos;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Norberto Ponte regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

PONTO N.º 11 – CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A GESTÃO DA RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS COM A EIRSU – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE S. MIGUEL, EIM:

Pela Câmara Municipal foi presente o Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, a celebrar entre os Municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, com a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel, EIM.

Pelo presente contrato os outorgantes dão cumprimento ao disposto no artigo 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, através da delegação da gestão da recolha e transporte de resíduos na área dos territórios dos Municípios, compreendendo:

- a) A recolha e transporte de resíduos urbanos;
- b) O fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfeção de contentores;

- c) A prestação de serviços de limpeza e recolha de montureiras;
- d) A prestação de serviços de recolha seletiva e transporte de resíduos e destino final;
- e) O fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de ecopontos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º Aprovar o Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos com a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel, EIM;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A EIRSU – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE S. MIGUEL, EIM:

Pela Câmara Municipal foi presente o Contrato Programa a celebrar entre os Municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, com a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel, EIM.

Pelo presente contrato-programa os Municípios delegam na EIRSU a gestão da recolha e transporte de resíduos na área dos territórios dos Municípios.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1.º Aprovar o Contrato Programa a Celebrar com a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel, EIM;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 13 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme distribuído por todos os membros, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Primeira alteração ao Regulamento Lagoa Investe - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal;
- 3.ª Alteração do Plano de Pormenor da Zona do Pombal – Concelho de Lagoa;
- Conclusão do processo de Liquidação da EML.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos dezoito membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO LAGOA INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à primeira alteração do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões da referida proposta de alteração que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 151 de 8 de agosto de 2016, sem que dela tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** Aprovar a primeira alteração do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL – CONCELHO DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta que foi publicada na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, de 11 de agosto de 2016, sem que dela tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidades, dos dezoito membros presentes:

- 1.º** Aprovar a 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CONCLUSÃO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA EML:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à conclusão do processo de liquidação da EML, acompanhado do ofício n.º 1, de 21 de setembro do ano em curso, da Comissão Liquidatária da EML que abaixo se transcreve:

“Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 07 de outubro de 2015, foi aprovado o projeto de partilha dos ativos e passivos da E.M.L. a favor do Município de Lagoa – Açores.

O projeto de partilha continha um conjunto de ativos e passivos, cuja transmissão a favor do sócio único dependia nuns casos de simples registo nas contas do Município de Lagoa e no caso dos imóveis, de escritura pública a favor do acionista único.

Compete agora à Comissão Liquidatária, informar superiormente sobre a conclusão do processo de liquidação para que, junto da Conservatória do Registo Comercial de Lagoa, seja exequível o registo efetivo da liquidação da EML.

Junta-se os seguintes elementos relativos aos atos administrativos subsequentes à deliberação de liquidação, bem como prova do registo efetivo da transmissão dos ativos e passivos para o Município de Lagoa - Açores:

- 1 – Notas de lançamento contabilístico do Município, devidamente certificado
 - 2 – Cessação da Atividade
 - 3 – Cópia das escrituras públicas dos imóveis
 - 4 – Cópia do visto prévio por parte da Secção Regional do Tribunal de Contas, sobre os contratos de assunção de dívida de Médio e Longo Prazo.
- a . Processo de fiscalização prévia n.º 53/2015
- b . Processo de fiscalização prévia n.º 54/2015.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da conclusão do processo de Liquidação da EML. Da análise de todos os documentos apresentados e do projeto de partilha e respetivas contas aprovados por esta Assembleia Municipal, em sua sessão extraordinária de 07 de outubro de 2015, ficou demonstrado que esta Empresa Municipal não contém nem ativos nem passivos, pelo que ficou comprovado que a mesma encontra-se em condições para se proceder ao seu encerramento.

RECOLHA DE RESÍDUOS:

Sobre o assunto de recolha de resíduos, o Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau José Fernando Costa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que, em sua opinião, a Câmara Municipal deveria rever a atual situação de recolha de resíduos indiferenciados. A recolha de resíduos indiferenciados deveria passar a ser feita às segundas-feiras e não às terças-feiras, devido à acumulação de resíduos que é feita ao fim-de-semana.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que este assunto já foi debatido, o ano passado, numa sessão desta Assembleia Municipal. A recolha de resíduos é uma temática sensível, em que nem todos estão sempre de acordo. Expôs que discorda da opinião do Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau e acrescentou que sendo uma pessoa que faz a separação de resíduos, este modelo é eficaz, pois produz-se sempre mais resíduos recicláveis do que indiferenciados.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau José Fernando Costa, no uso da palavra, informou que tem recebido reclamações na Junta de Freguesia sobre a recolha de resíduos.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que, normalmente, quem reclama não faz reciclagem e não devemos ser nós a adaptar-nos e promover quem não cumpre. Quem tem poderes públicos deve ser mensageiro das boas práticas e de políticas de sustentabilidade. Mais informou que não há necessidade de haver todos os dias recolha de resíduos indiferenciados, pois há ecopontos distribuídos por todo o Concelho.

O Deputado Municipal Paulo Reis, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e expôs que, em sua opinião, havendo mais um dia de recolha, facilitaria certas situações. Sugeriu que fosse aplicado no Concelho de Lagoa multas a quem não respeitar o estabelecido sobre recolha de resíduos, à semelhança do que foi aplicado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que deveria haver uma fiscalização mais rigorosa à recolha de resíduos. As pessoas continuam a depositar nos resíduos indiferenciados, plástico e vidro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

A SEGUNDA SECRETÁRIA
